



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 0600322-10.2024.6.21.0107

Procedência: 107ª ZONA ELEITORAL DE SANTO AUGUSTO/RS

Recorrente: CARLOS EDUARDO MOLLMANN DOS SANTOS

Recorrido: COLIGAÇÃO CHIAPETTA NO RUMO CERTO
ELEICAO 2024 OSMAR KUHN PREFEITO

Relator: DES. ELEITORAL NILTON TAVARES DA SILVA

P A R E C E R

**RECURSO ELEITORAL. PARCIAL DEFERIMENTO
DE PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA.
INFORMAÇÃO CALUNIOSA LASTREADA EM
BOATOS TRANSMITIDA PELO FACEBOOK.
PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por CARLOS EDUARDO MOLLMANN DOS SANTOS contra sentença prolatada pelo Juízo da 107ª Zona Eleitoral de SANTO AUGUSTO/RS, a qual **deferiu parcialmente** o pedido de direito de resposta ajuizado pelos ora recorridos em face de CARLOS EDUARDO MOLLMANN DOS SANTOS e da COLIGAÇÃO CHIAPETTA ACIMA DE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

TUDO, sob o fundamento de que ele tinha pleno conhecimento de que as informações divulgadas tratavam-se apenas de boatos; a participação da coligação, por outro lado, não ficou comprovada.

A sentença consignou que: a) conforme a inicial, a COLIGAÇÃO CHIAPETTA ACIMA DE TUDO e CARLOS EDUARDO MOLLMANN DOS SANTOS, por meio da rede social Facebook, divulgou no dia 11/09/2024 a notícia de que o postulante teria integrado um grupo interino de uma cooperativa responsável pela "EVAPORAÇÃO DE VALORES E REGISTROS EM DINHEIRO, GRÃOS COM VALORES DE ECONOMIA DE UMA VIDA INTEIRA DE VÁRIOS AGRICULTORES DE CHIAPETTA"; b) na contestação os requeridos afirmaram que “se sabe que o Ex-prefeito Osmar kuhn estaria trabalhando para a Cotrijuí, em momento crítico da falida e. **segundo boatos**, endossaria que os agricultores poderiam entregar grãos na Cooperativa, sem medo. Com o andamento da situação, muitos deixaram de receber por seus grãos depositados na cooperativa. Mas como dito, **trata-se de boatos**”; c) “diante da comprovação de que as afirmações realizadas pelo correquerido Carlos não passam de boatos, não encontrando qualquer fundamento na realidade [...], constata-se que a situação fático-jurídica do caso em concreto se subsume às hipóteses previstas no artigo 58, caput, da Lei nº 9504/97, devendo ser acolhido o pretendido direito de resposta”; d) ademais, “não é possível concluir que a coligação representada tenha participado da publicação ora impugnada, na medida em que não há qualquer



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

prova que demonstre que ela teria agido em conjunto com o correquerido Carlos Eduardo”; e) “DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de direito de resposta proposto pela COLIGAÇÃO CHIAPETTA NO RUMO CERTO, nos termos do artigo 32, IV, alíneas 'd', 'e' e 'f', da Resolução nº 23.608/2019, para atingir, tão somente, o correquerido Carlos Eduardo Mollman dos Santos, o qual deverá, em até 2 (dois) dias após a entrega em mídia física, no mesmo veículo, pelo dobro do prazo em que esteve disponível a mensagem impugnada, no mesmo espaço, local, horário, página eletrônica.” (ID 45724628 - g. n.)

O recorrente alega que: a) “A sentença de primeiro grau não levou em consideração o direito à ampla defesa do recorrente, na medida em que **não foi oportunizada a produção de prova essencial para a elucidação dos fatos**. O Juízo não determinou a intimação da Cotrijuí para que informasse, de maneira clara e objetiva, qual era o vínculo mantido entre o Sr. Osmar Kuhn e a cooperativa, abrangendo o período, função, atribuições e forma de contratação”; b) “em momento algum, fez acusações sem fundamento. **O que foi dito está respaldado em relatos públicos, baseados em boatos amplamente difundidos** no município e que, ao serem trazidos ao debate, permitem maior transparência sobre a atuação dos candidatos”. Com isso, requer a reforma da decisão. (ID 45724638 - g. n.)

Com contrarrazões (ID 45724640), foram os autos remetidos a esse



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

Não assiste razão ao recorrente. Vejamos.

Sobre a matéria em apreço, dispõe a Resolução nº 23.608/2019 que:

Art. 31. A partir da escolha de candidatas ou candidatos em convenção, é assegurado o exercício do **direito de resposta** à candidata, ao candidato, ao partido político, à federação de partidos ou à coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou **afirmação caluniosa**, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social, inclusive provedores de aplicativos de internet e redes sociais (Lei nº 9.504/1997, arts. 6º-A e 58, caput e Lei nº 9.096/1995, art. 11-A, caput e § 8º). (Redação dada pela Resolução nº 23.672/2021)

Pois bem, no caso, tem-se que o ora recorrente difundiu informação caluniosa, lastreada em “boatos amplamente difundidos”, o que extrapola por óbvio o direito à liberdade de expressão.

E sobre o alegado cerceamento de defesa em decorrência do indeferimento para que se oficiasse um terceiro em busca de informações (que pudessem confirmar o boato), deve-se ter presente o seguinte entendimento dessa e. Corte: “**Não é cabível que representação com pedido de direito de resposta, procedimento de rito sumaríssimo previsto na legislação eleitoral, se transforme em procedimento investigatório** com intuito de comprovar a veracidade de datas e versões controvertidas invocadas pelas partes”. (TRE-RS. RE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

nº 060343570, Relator Des. Luiz Mello Guimarães, publicado em 04/10/2022 - g. n.)

Dessa forma, não deve prosperar a irresignação.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por sua agente signatária, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2024.

MARIA EMÍLIA CORRÊA DA COSTA

Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar